Editora Solução
a solução para o seu concurso!

CÓD: SL-054MR-22
7908433218777

GOIÂNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIADO ESTADO DE GOIÁS

Profissional De Educação II/Pedagogia

EDITAL Nº 001/2020, 20 DE FEVEREIRO DE 2020
(CONSOLIDADO PELO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2022)

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Linguagem verbal e não-verbal. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto. Significados contextuais das expressões linguísticas. Organização do texto: Fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade). Progressão temática. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal. Tipos de argumento 01
2. Funcionalidade e características dos gêneros textuais oficiais: ofício, memorando, e-mail, carta comercial, aviso, e-mail etc. Uso dos pronomes 16
3. Pontuação 24
4. Características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). 01
5. Organização da frase: Processos de coordenação e de subordinação 25
6. Verbos que constituem predicado e verbos que não constituem predicado. Tempos e modos verbais. 28
7. Concordância verbal e nominal 31
8. Regência dos nomes e dos verbos. 32
9. Constituição e funcionalidade do Sujeito 25
10. Classes de palavras 28
11. Formação das palavras. Composição, derivação 32
12. Ortografia oficial 34
13. Fonemas 35
14. Acentuação gráfica 36
15. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita). Norma e uso 36

Matemática

1. Conjuntos Numéricos. Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos. Números racionais e irracionais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto 01
2. Números complexos: conceito, operações e representação geométrica. 05
3. Progressão Aritmética e Progressão Geométrica: Razão, termo geral e soma dos termos. Situações-problema envolvendo progressões . . 06
4. Noções de Matemática Financeira: Razão e Proporção. 08
5. Porcentagem 10
6. Juros simples e composto 08
7. Equações e Inequações: Conceito. Resolução e discussão 11
8. Funções: Conceito e representação gráfica das funções: afim, quadrática, exponencial, logarítmica, trigonométricas e modulares. 5.1. Situações-problema envolvendo funções. 14
9. Sistemas de equações: Conceito. Resolução, discussão e representação geométrica 18
10. Análise Combinatória: Princípio fundamental de contagem. Combinações e permutações 20
11. Noções de Estatística: Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos 22
12. Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda 24

Informática

1. Sistemas operacionais Windows: recursos básicos de utilização: janelas, menus, atalhos, ajuda e suporte, gerenciamento de pastas e arquivos. Pesquisas e localização de conteúdo. Gerenciamento de impressão. Instalação e remoção de programas. Configuração no Painel de Controle. Configuração de dispositivos de hardware. Configuração de aplicativos. 01
2. Aplicativos para edição de textos, planilha eletrônica e editor de apresentação por meio de software livre e de software comercial: ambiente do software. Operações básicas com documentos. . Edição e formatação do texto. Tratamento de fontes de texto. . Formatação do texto. . Verificação ortográfica e gramatical.. Impressão. Utilização de legendas, índices e figuras. 24
3. Navegadores de Internet e serviços de busca na Web: redes de computadores e Internet. Elementos da interface dos principais navegadores de Internet. Navegação e exibição de sítios Web. Utilização e gerenciamento dos principais navegadores de Internet29
4. Hardware, periféricos e conhecimentos básicos de informática: tipos de computador. . Tipos de conectores para dispositivos externos. Dispositivos de entrada, saída, armazenamento e comunicação de dados. 38
5. Conhecimentos básicos de segurança da informação e segurança na Internet: princípios da segurança da informação; ameaças e ativos alvos de ameaças. Riscos, medidas e ciclo de segurança. Principais políticas, segurança da informação em transações pela internet; ferramentas e mecanismos para garantir a segurança da informação. 41

ÍNDICE

História, Geografia E Conhecimentos Gerais De Goiânia E Do Estado De Goiás

1. História de Goiás: o bandeirantismo e sociedade mineradora; Goiás nos séculos XIX e XX e a construção de Goiânia. 01
2. Geografia de Goiás: regiões goianas. 10
3. Patrimônio natural, cultural e histórico de Goiás. 17
4. Aspectos históricos, geográficos, econômicos e culturais de Goiânia 20

Conhecimentos Sobre Educação

1. Teorias Educacionais E Teorias Pedagógicas 01
2. A Relação Sociedade, Educação E Pensamento Pedagógico Brasileiro. 08
3. Teorias Pedagógicas E Políticas Educacionais 10
4. Currículo: Relação Currículo, Cultura E Políticas Curriculares. Teorias De Currículo E Prá- Ticas Pedagógicas 10
5. Diretrizes Curriculares Nacionais. 21
6. Base Nacional Comum Curricular 28
7. Didática E Prática De Ensino: Planejamento Educacional, Materiais Curriculares E Recursos Didáticos. 68
8. Função Social Do Ensino E Suas Relações Com O Aprender E O Ensinar 82
9. Gestão E Organização De Sala De Aula 85
10. Avaliação: Avaliação Educacional E Da Aprendizagem. Sujeitos, Objetos, Métodos E Práticas De Avaliação.a Avaliação Como Parte Integrante Do Processo De Ensino-Aprendizagem. 88
11. Políticas Educacionais: Relação Estado, Sociedade E Políticas Educacionais 90
12. As Políticas Educacionais E A Construção Da Escola Pública Brasileira. 90
13. A Organização E A Estrutura Da Educação E Sistemas De Ensino No Brasil 93
14. Políticas De Acesso, Inclusão E Diversidade 98
15. Formação Inicial E Continuada Dos Profissionais Da Educação 104
16. Financiamento Da Educação 105
17. Tecnologias Da Informação E Comunicação: As Tecnologias De Informação E Comunicação E As Práticas Educativa. Uso Das Tecnologias, Ensino E Aprendizagem. Educação Mediada Por Tecnologias 118
18. Educação À Distância 122

Conhecimentos Específicos Profissional De Educação II/Pedagogia

1. Sociedade, Cultura E Educação 01
2. Aprendizagem E Desenvolvimento 04
3. Tendências Pedagógicas Em Educação 06
4. Abordagens Do Processo De Ensino E Aprendizagem 04
5. Concepções De Currículo E Organização Do Currículo Escolar Da Educação Básica. 06
6. Planejamento, Planos E Projetos Educativos 06
7. Projeto Político Pedagógico (Metodologia De Elaboração, Implementação, Acompanhamento E Avaliação) 10
8. Formação Docente 12
9. Diversidade Cultural E Inclusão 13
10. Avaliação Institucional. Avaliação Do Processo De Ensino E Aprendizagem 13
11. Constituição Federal/88 –Capítulo Iii–Da Educação, Da Cultura E Do Desporto/Seção I –Da Educação 13
12. Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional –Lei 9.394/96 E Alterações 16
13. Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Infantil –Resolução Cne/Ceb Nº 05/09 31
14. Diretrizes Curriculares Nacionais Para A O Ensino Fundamental De 09 Anos –Resolução Cne/Ceb Nº 07/2010 33
15. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Da Educação Básica –Resolução Cne/Ceb Nº 04/2010. 40
16. Base Nacional Comum Curricular –Bncc 40
17. Estatuto Da Criança E Do Adolescente Eca 40
18. Plano Nacional Da Educação –Lei Nº 13.005/14 75
19. Lei Brasileira De Inclusão –Lei Nº 13.146/15 90
20. Plano Municipal De Educação Da Cidade De Goiânia 105

LEITURA E ANÁLISE DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS. LINGUAGEM VERBAL E NÃO-VERBAL. MECANISMOS DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS NOS TEXTOS: POLISSEMIA, IRONIA, COMPARAÇÃO, AMBIGUIDADE, CITAÇÃO, INFERÊNCIA, PRESSUPOSTO. SIGNIFICADOS CONTEXTUAIS DAS EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS. ORGANIZAÇÃO DO TEXTO: FATORES DE TEXTUALIDADE (COESÃO, COERÊNCIA, INTERTEXTUALIDADE, INFORMATIVIDADE, INTENCIONALIDADE, ACEITABILIDADE, SITUACIONALIDADE). PROGRESSÃO TEMÁTICA. SEQUÊNCIAS TEXTUAIS: DESCRITIVA, NARRATIVA, ARGUMENTATIVA, INJUNTIVA, DIALOGAL. TIPOS DE ARGUMENTO. CARACTERÍSTICAS DOS DIFERENTES DISCURSOS (JORNALÍSTICO, POLÍTICO, ACADÊMICO, PUBLICITÁRIO, LITERÁRIO, CIENTÍFICO, ETC.)

Compreensão e interpretação de textos

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A **compreensão** é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A **interpretação** é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz.

Percebeu a diferença?

Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

• Linguagem Verbal é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.

• Linguagem não-verbal é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.

• Linguagem Mista (ou híbrida) é aquele que utiliza tanto as palavras quanto as imagens. Ou seja, é a junção da linguagem verbal com a não-verbal.

Além de saber desses conceitos, é importante sabermos identificar quando um texto é baseado em outro. O nome que damos a este processo é intertextualidade.

Interpretação de Texto

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subentendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

– Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

– Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

– Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

– Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

– Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia *é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).*

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

CONJUNTOS NUMÉRICOS. NÚMEROS NATURAIS E NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES, RELAÇÃO DE ORDEM, DIVISIBILIDADE, MÁXIMO DIVISOR COMUM, MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E DECOMPOSIÇÃO EM FATORES PRIMOS. NÚMEROS RACIONAIS E IRRACIONAIS: OPERAÇÕES, RELAÇÃO DE ORDEM, PROPRIEDADES E VALOR ABSOLUTO

Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem.

Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos o conjunto infinito dos números naturais

$$\mathbb{N} = \{0,1,2,3,4,5,6 \ldots .\}$$

- Todo número natural dado tem um sucessor
a) O sucessor de 0 é 1.
b) O sucessor de 1000 é 1001.
c) O sucessor de 19 é 20.

Usamos o * para indicar o conjunto sem o zero.

$$\mathbb{N}^* = \{1,2,3,4,5,6\ldots .\}$$

- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.
a) O antecessor do número m é m-1.
b) O antecessor de 2 é 1.
c) O antecessor de 56 é 55.
d) O antecessor de 10 é 9.

Expressões Numéricas

Nas expressões numéricas aparecem adições, subtrações, multiplicações e divisões. Todas as operações podem acontecer em uma única expressão. Para resolver as expressões numéricas utilizamos alguns procedimentos:

Se em uma expressão numérica aparecer as quatro operações, devemos resolver a multiplicação ou a divisão primeiramente, na ordem em que elas aparecerem e somente depois a adição e a subtração, também na ordem em que aparecerem e os parênteses são resolvidos primeiro.

Exemplo 1
10 + 12 – 6 + 7
22 – 6 + 7
16 + 7
23

Exemplo 2
40 – 9 x 4 + 23
40 – 36 + 23
4 + 23
27

Exemplo 3
25-(50-30)+4x5
25-20+20=25

Números Inteiros

Podemos dizer que este conjunto é composto pelos números naturais, o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Este conjunto pode ser representado por:

$$\mathbb{Z} = \{\ldots, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, \ldots\}$$

Subconjuntos do conjunto $\mathbb{Z}$:

1)Conjunto dos números inteiros excluindo o zero

$\mathbb{Z}^*$ = {...-2, -1, 1, 2, ...}

2) Conjuntos dos números inteiros não negativos

$\mathbb{Z}_+$ = {0, 1, 2, ...}

3) Conjunto dos números inteiros não positivos

$\mathbb{Z}_-$ = {...-3, -2, -1}

Números Racionais

Chama-se de número racional a todo número que pode ser expresso na forma $\frac{a}{b}$, onde a e b são inteiros quaisquer, com b≠0

São exemplos de números racionais:
-12/51
-3
-(-3)
-2,333...

As dízimas periódicas podem ser representadas por fração, portanto são consideradas números racionais.

Como representar esses números?

Representação Decimal das Frações

Temos 2 possíveis casos para transformar frações em decimais

1º) Decimais exatos: quando dividirmos a fração, o número decimal terá um número finito de algarismos após a vírgula.

$$\frac{1}{2} = 0,5$$

$$\frac{1}{4} = 0,25$$

$$\frac{3}{4} = 0,75$$

2º) Terá um número infinito de algarismos após a vírgula, mas lembrando que a dízima deve ser periódica para ser número racional

OBS: período da dízima são os números que se repetem, se não repetir não é dízima periódica e assim números irracionais, que trataremos mais a frente.

$$\frac{1}{3} = 0,333\ldots$$

$$\frac{35}{99} = 0,353535\ldots \frac{105}{9} = 11,6666\ldots$$

Representação Fracionária dos Números Decimais

1ºcaso) Se for exato, conseguimos sempre transformar com o denominador seguido de zeros.

O número de zeros depende da casa decimal. Para uma casa, um zero (10) para duas casas, dois zeros(100) e assim por diante.

$$0{,}3 = \frac{3}{10}$$

$$0{,}03 = \frac{3}{100}$$

$$0{,}003 = \frac{3}{1000}$$

$$3{,}3 = \frac{33}{10}$$

2ºcaso) Se dízima periódica é um número racional, então como podemos transformar em fração?

Exemplo 1

Transforme a dízima 0, 333... .em fração

Sempre que precisar transformar, vamos chamar a dízima dada de x, ou seja

X=0,333...

Se o período da dízima é de um algarismo, multiplicamos por 10.

10x=3,333...

E então subtraímos:

10x-x=3,333...-0,333...

9x=3

X=3/9

X=1/3

Agora, vamos fazer um exemplo com 2 algarismos de período.

Exemplo 2

Seja a dízima 1,1212...

Façamos x = 1,1212...

100x = 112,1212... .

Subtraindo:

100x-x=112,1212...-1,1212...

99x=111

X=111/99

Números Irracionais

Identificação de números irracionais

– Todas as dízimas periódicas são números racionais.

– Todos os números inteiros são racionais.

– Todas as frações ordinárias são números racionais.

– Todas as dízimas não periódicas são números irracionais.

– Todas as raízes inexatas são números irracionais.

– A soma de um número racional com um número irracional é sempre um número irracional.

– A diferença de dois números irracionais, pode ser um número racional.

– Os números irracionais não podem ser expressos na forma $\frac{a}{b}$, com a e b inteiros e b≠0.

Exemplo: $\sqrt{5} - \sqrt{5} = 0$ e 0 é um número racional.

– O quociente de dois números irracionais, pode ser um número racional.

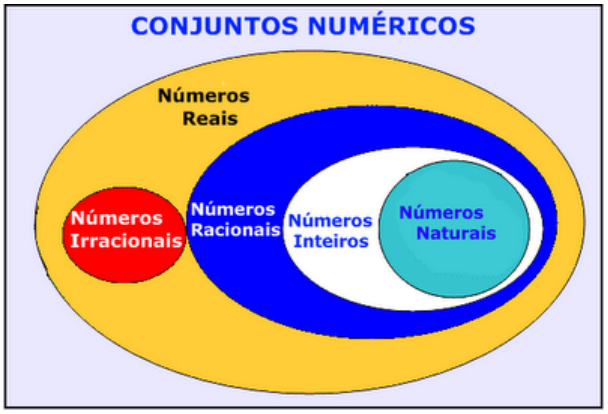
Exemplo: $\sqrt{8} : \sqrt{2} = \sqrt{4} = 2$ e 2 é um número racional.

– O produto de dois números irracionais, pode ser um número racional.

Exemplo: $\sqrt{7} \cdot \sqrt{7} = \sqrt{49} = 7$ é um número racional.

Exemplo: radicais($\sqrt{2}, \sqrt{3}$) a raiz quadrada de um número natural, se não inteira, é irracional.

Números Reais



Fonte: www.estudokids.com.br

Representação na reta

Intervalos limitados

Intervalo fechado – Números reais maiores do que a ou iguais a e menores do que b ou iguais a b.

Intervalo:[a,b]

Conjunto: {x ϵ R | a≤x≤b}

Intervalo aberto – números reais maiores que a e menores que b.

Intervalo:]a,b[

Conjunto:{xϵR | a<x<b}

Intervalo fechado à esquerda – números reais maiores que a ou iguais a A e menores do que B.

SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS: RECURSOS BÁSICOS DE UTILIZAÇÃO: JANELAS, MENUS, ATALHOS, AJUDA E SUPORTE, GERENCIAMENTO DE PASTAS E ARQUIVOS. PESQUISAS E LOCALIZAÇÃO DE CONTEÚDO. GERENCIAMENTO DE IMPRESSÃO. INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE PROGRAMAS. CONFIGURAÇÃO NO PAINEL DE CONTROLE. CONFIGURAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE HARDWARE. CONFIGURAÇÃO DE APLICATIVOS

O Windows 7 é um dos sistemas operacionais mais populares desenvolvido pela Microsoft[1].

Visualmente o Windows 7 é semelhante ao seu antecessor, o Windows Vista, porém a interface é muito mais rica e intuitiva.

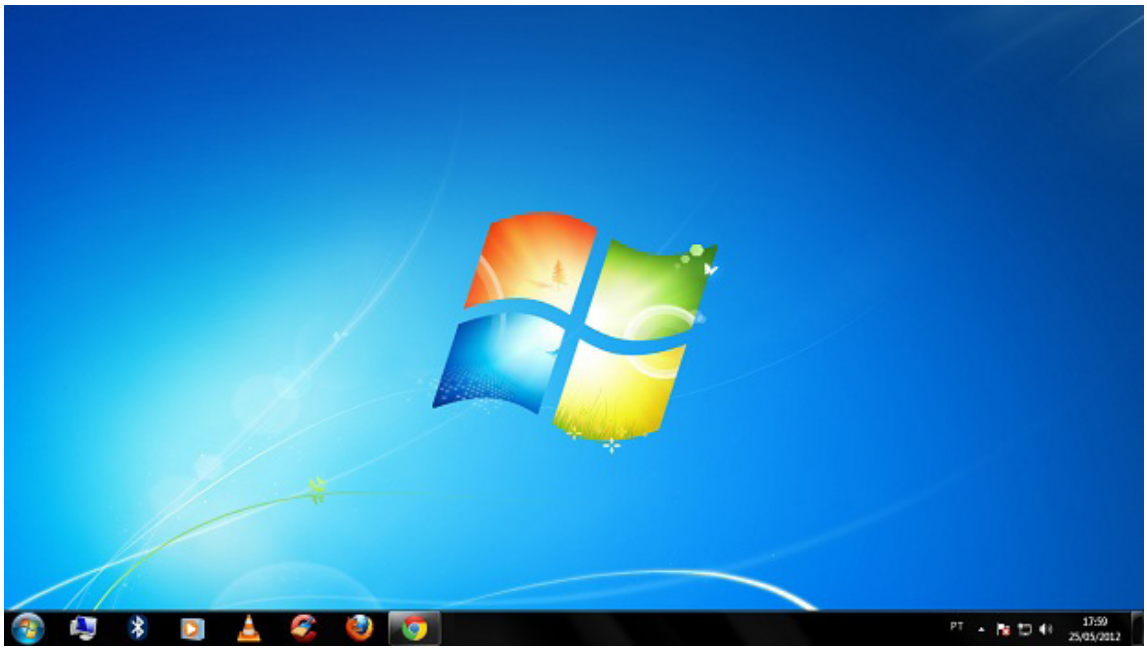
É Sistema Operacional multitarefa e para múltiplos usuários. O novo sistema operacional da Microsoft trouxe, além dos recursos do Windows 7, muitos recursos que tornam a utilização do computador mais amigável.

Algumas características não mudam, inclusive porque os elementos que constroem a interface são os mesmos.

Edições do Windows 7

– Windows 7 Starter;
– Windows 7 Home Premium;
– Windows 7 Professional;
– Windows 7 Ultimate.

Área de Trabalho



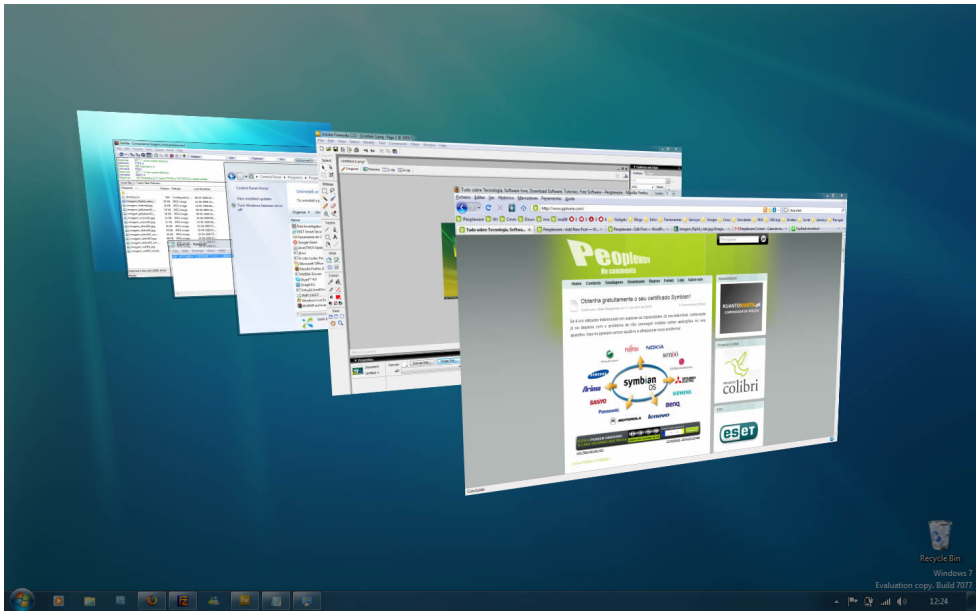
Área de Trabalho do Windows 7.[2]

A Área de trabalho é composta pela maior parte de sua tela, em que ficam dispostos alguns ícones. Uma das novidades do Windows 7 é a interface mais limpa, com menos ícones e maior ênfase às imagens do plano de fundo da tela. Com isso você desfruta uma área de trabalho suave. A barra de tarefas que fica na parte inferior também sofreu mudanças significativas.

1 https://estudioaulas.com.br/img/ArquivosCurso/materialDemo/AulaDemo-4147.pdf
2 Fonte: https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2012/05/como-ocultar-lixeira-da-area-de-trabalho-do-windows.html

Barra de tarefas

– Avisar quais são os aplicativos em uso, pois é mostrado um retângulo pequeno com a descrição do(s) aplicativo(s) que está(ão) ativo(s) no momento, mesmo que algumas estejam minimizadas ou ocultas sob outra janela, permitindo assim, alternar entre estas janelas ou entre programas.

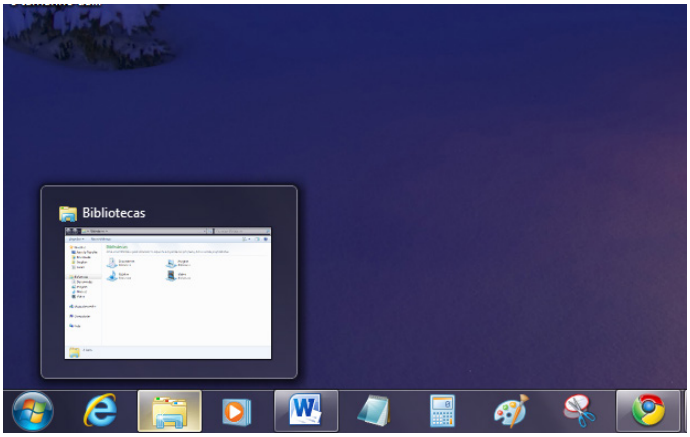


Alternar entre janelas.[3]

– A barra de tarefas também possui o menu Iniciar, barra de inicialização rápida e a área de notificação, onde você verá o relógio.

– É organizada, consolidando os botões quando há muitos acumulados, ou seja, são agrupados automaticamente em um único botão.

– Outra característica muito interessante é a pré-visualização das janelas ao passar a seta do mouse sobre os botões na barra de tarefas.



Pré-visualização de janela.[4]

Botão Iniciar

Botão Iniciar[5]

3 Fonte: https://pplware.sapo.pt/tutoriais/windows-7-flip-3d

4 Fonte: https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2010/12/como-aumentar-o-tamanho-das-miniaturas-da-taskbar-do-windows-7.html

5 Fonte: https://br.ign.com/tech/47262/news/suporte-oficial-ao-windows-vista-acaba-em-11-de-abril

HISTÓRIA DE GOIÁS: O BANDEIRANTISMO E SOCIEDADE MINERADORA. GOIÁS NOS SÉCULOS XIX E XX E A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA

Aspectos da História Social de Goiás

A verdadeira evolução de Goiás e de sua história tem como ponto de partida o final do século XVII, com a descoberta das suas primeiras minas de ouro, e início do século XVIII. Esta época, iniciada com a chegada dos bandeirantes, vindos de São Paulo em 1727, foi marcada pela colonização de algumas regiões.

O contato com os nativos indígenas e com os negros foi fator decisivo na formação da cultura do estado, deixando como legado principal cidades históricas como Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Goiás, antiga Vila Boa e posteriormente capital de Goiás. O início dos povoados coincide com o Ciclo do Ouro, minério amplamente explorado nesta época. Eles prosperaram e hoje são cidades que apresentam, por meio de seu patrimônio, a história de Goiás.

Goiás era conhecido e percorrido pelas Bandeiras já no primeiro século da colonização do Brasil. Mas seu povoamento só ocorreu em virtude do descobrimento das minas de ouro. As primeiras Bandeiras eram de caráter oficial e destinadas a explorar o interior em busca de riquezas minerais, e outras empresas comerciais de particulares organizadas para captura de índios. Costuma-se dizer que o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, foi o descobridor de Goiás. Mas isto não significa que ele foi o primeiro a chegar ao estado e sim, o primeiro a ter intenção de se fixar aqui. A Bandeira saiu de São Paulo em 3 de julho de 1722. O caminho já não era tão difícil como nos primeiros tempos. Em outubro de 1725, após três anos, os bandeirantes voltaram triunfantes a São Paulo, divulgando que tinham descoberto cinco córregos auríferos, minas tão ricas como as de Cuiabá, com ótimo clima e fácil comunicação.

Poucos meses depois da volta da Bandeira, organizou-se em São Paulo uma nova expedição para explorar as veias auríferas, tendo Bartolomeu, agora como superintendente das minas, e João Leite da Silva Ortiz, como guarda-mor. A primeira região ocupada foi a do Rio Vermelho. Fundou-se lá o arraial de Sant'Ana, que depois seria chamado de Vila Boa e mais tarde de Cidade de Goiás. Esta foi, durante 200 anos, a capital do território. A época do ouro em Goiás foi intensa e breve. Após 50 anos, verificou-se a decadência rápida e completa da mineração. Por outro lado, só se explorou o ouro de aluvião, isto é, das margens dos rios, e a técnica empregada era rudimentar.

Goiás pertenceu até 1749 à capitania de São Paulo. A partir desta data tornou-se capitania independente. Ao se evidenciar a decadência do ouro, várias medidas administrativas foram tomadas por parte do governo, sem alcançar, no entanto, resultados satisfatórios. A economia do ouro, sinônimo de lucro fácil, não encontrou, de imediato, um produto que a substituísse em nível de vantagem econômica. A decadência do ouro afetou a sociedade goiana, sobretudo na forma de ruralização e regressão a uma economia de subsistência.

O nome do estado origina-se da denominação da tribo indígena "guaiás", que por corruptela se tornou Goiás. Vem do termo tupi *gwaya* que quer dizer indivíduo igual, gente semelhante, da mesma raça. Assim como no Brasil, o processo de independência em Goiás se deu gradativamente. A formação das juntas administrativas, que representam um dos primeiros passos neste sentido, deu oportunidade às disputas pelo poder entre os grupos locais.

A relação entre os colonizadores e os índios

Na época da descoberta, eram numerosas as tribos indígenas que viviam em Goiás, cobrindo todo o seu território. Silva e Souza enumera, em 1809, vinte povos vivendo no território e afirma que certamente deveriam haver outros isolados. Dentre os povos que habitaram Goiás podemos citar: Goyá, Caiapós, Xavantes, Crixás, Araés, Canoeiros, Apinagés, Capepuxis, Coroá-mirim, Temimbós, Xerentes, Tapirapés, Carajás, Graduais, Tessemedus, Amadus, Guassu, Acroá, Xacriabá, dentre outros. Muitos desses povos foram completamente extintos ou fu giram para as mais remotas regiões da floresta amazônica.

Em Goiás, a descoberta do ouro levou a disputas territoriais. Tais disputas decorreram, sobretudo, da expulsão e também da fuga de tribos indígenas do litoral, no século XVII, quando buscaram refúgio no interior do país, em estados como Mato Grosso/Mato Grosso do Sul e Goiás. Quanto mais avançavam os bandeirantes paulistas, mais provocavam migrações em massa de tribos indígenas, levando-as a disputas pela terra e pela sobrevivência. A política das autoridades com os índios é totalmente oposta a esta guerra de extermínio. As instruções vindas de Lisboa aos governadores ordenavam "tentem primeiro todos os meios de suavidade e persuasão para reduzir os índios bravos a viver civilizados, e não se procurem domar por armas... a Divina Providência não permitiu estender o poder d esta Monarquia nessas vastas regiões para destruir ou r eduzir à escravidão os naturais habitantes dela, mas para trazer o conhecimento da religião, e para mudar seus bárbaros costumes em outros humanos, e mais úteis para sua própria conservação". Ao invés de uma política pacífica, como recomendava as ordens reais vindas de Portugal. O que prevalecia era o genocídio sistemático dos nativos.

Aldeamentos indígenas

Durante a época da mineração, as relações entre índios e mineiros foram eminentemente guerreiras e quase sempre de mútuo extermínio. No dizer de Palacín "Ao mineiro, sempre apressado e inquieto, faltavam o tempo e a paciência para atra ir o índio mediante uma política pacífica. À invasão dos seus territórios e as perseguições de capitães-do-mato, respondiam os índios com contínuas represálias." No Sul, os Caiapós moveram guerra contínua durante 50 anos, chegando muitas vezes às portas de V ila Boa. Os que não foram exterminados pelos sertanistas de contrato Antônio Pires de Campos e Antônio Godoy acabaram aldeados em São José de Mossâmedes, hoje município de Mossâmedes. No Norte, a trajetória dos Acroás e Xacriabás foi semelhante. Habitavam a região de Arraias, São Domingos e Natividade. Combatidos pelo sertanista de contrato Wenceslao Gomes da Silva, foram posteriormente aldeados em São José do Duro, hoje Dianópolis. Mas ao norte, com a decadência da mineração, a atividade hostil dos índios recrudesceu, exterminando fazendas e até arraiais florescentes, como Palma. Especialmente na região dos grandes rios, onde os índios se refugiaram, as hostilidades continuariam durante muitos anos. *"Aldear os índios consistia em reuni-los em povoações fixas, chamadas aldeias, onde, sob supervisão de uma autoridade leiga ou religiosa, deviam cultivar o solo e aprender a religião cristã. Em 1754, deu D. Marcos de Noronha regimento a estas aldeias, submetendo aos índios a um rigoroso regime militar, que gerou os priores resultados,"* no dizer de Luís Palacín. Gastaram-se enormes somas na construção e na manutenção das aldeias, mais de 200 contos, quando o orçamento da capitania não passava de 50.

Mas se as intenções foram boas, os resultados foram pífios. As dificuldades eram enormes. Não havia pessoal especializado, a população não cooperava, via o índio como um inimigo ou mesmo um "bicho do mato", e os próprios índios acostumados a viver em liberdade, não resistiam à nova vida em confinamento e muitas vezes se rebelavam. Sem contar as doenças transmitidas pelos brancos que dizimaram grande parte dos silvícolas.

Aspectos da História Econômica de Goiás

A Ocupação Mineratória – Mineração

Enquanto o século XVII representou etapa de investigação das possibilidades econômicas das regiões goianas, durante a qual o seu território tornou-se conhecido, o século XVIII, em função da expansão da marcha do ouro, foi ele devassado em todos os sentidos, estabelecendo -se a sua efetiva ocupação através da mineração. A primeira região ocupada em Goiás foi a região do Rio Vermelho. Entre 1727 e 1732 surgiram diversos arraiais, além de Santana (posteriormente Vila Boa de Goiás), em consequência das explorações auríferas ou da localização na rota de Minas para Goiás. Em 1736 já havia nas minas de Goiás 10.236 escravos. Nas proximidades de Santana surgiram os arraiais de Anta e Ouro Fino; mais para o Norte, Santa Rita, Guarinos e Água Quente. Na porção Sudeste, Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Santa Cruz. Outras povoações surgidas na primeira metade do século XVIII foram: Jaraguá, Corumbá e o Arraial dos Couros (atual Formosa), na rota de ligações de Santana e Pirenópolis a Minas Gerais.

Ao longo dos caminhos que demandavam a Bahia, mais ao Norte, na bacia do Tocantins, localizaram-se diversos núcleos populacionais, como São José do Tocantins (Niquelândia), Traíras, Cachoeira, Flores, São Félix, Arraias (TO), Natividade (TO), Chapada (TO) e Muquém. Na década de 1740 a porção mais povoada de Goiás era o Sul, mas a expansão rumo ao norte prosseguia com a implantação dos arraiais do Carmo (TO), Conceição (TO), São Domingos, São José do Duro (TO), Amaro Leite, Cavalcante, Vila de Palma (T O), hoje Paranã, e Pilar de Goiás e Porto Real (TO), atual Porto Nacional, a povoação mais setentrional de Goiás.

O sistema de datas

Era através do sistema de datas que se organizava a exploração do ouro, conforme o ordenamento jurídico da época. Assim que um veio de ouro era descoberto em uma região mineradora, imediatamente, o Superintendente das Minas ordenava que a região fosse medida e dividida em lotes para poder ter início o processo de mineração. Cada lote tinha a medida de 30 x 30 braças (uma braça tem 2,20m), ou seja, aproximadamente 66 x 66m. Estes lotes recebiam a denominação de datas e, cada data, por sua vez, era equivalente a uma lavra de mineração.

As datas se distribuíam da seguinte forma:

- O minerador responsável pelo achado escolhia a primeira data para si. Um funcionário da Real Fazenda (o ministério responsável pela mineração na época) escolhia a segunda data para o rei. O responsável pelo achado tinha o direito de escolher mais uma.

- O rei não tinha interesse em explorar diretamente a sua data e ordenava que ela fosse leiloada entre os mineradores interessados em explorá-la. Quem pagasse mais ficaria com ela. O dinheiro do leilão era enviado a Portugal, como renda pessoal do rei. As demais datas eram distribuídas por sorteio aos mineradores que possuíssem um mínimo de doze escravos para poder explorá-las. Cada minerador tinha direito a uma data por vez. Repare que a atividade mineradora era extremamente intensiva em utilização de mão-de-obra. Doze homens trabalhavam junto em um espaço de apenas uma lavra.

O início da mobilidade social

Diferentemente da economia canavieira (cana-de-açúcar) que tinha uma sociedade estamental (no estado em que você nasceu permanece), a sociedade mineradora não era estática. Havia a possibilidade, mesmo que pequena, de mudança de classe social. Foi o início da mobilidade social no Brasil.

Existiam dois tipos de mineradores, o grande, era o minerador de lavra, e o pequeno, o de faiscamento. O minerador de lavra era aquele, dono de pelo menos 12 escravos, que participava do sorteio das datas e tinha o direito de explorar os veios de ouro em primeiro lugar. Quando uma lavra começava a demonstrar esgotamento e a produtividade caía geralmente ela era abando ada e, a partir deste momento, o faiscador poderia ficar com o que sobrou dela.

O faiscador era o minerador com pequena quantidade de escravos, insuficientes para participar dos sorteios, ou mesmo o trabalhador individual, que só tinha a sua bateia para tentar a sorte nas lavras abandonadas. Alguns conseguiram ir juntando ouro suficiente para adquirir mais escravos e, posteriormente, passaram a ser grandes mineradores. Alguns até fizeram fortuna.

Existem registro de alguns proprietários de escravos que os deixavam faiscar nos seus poucos momentos de descanso e alguns até conseguiram comprar a sua carta de alforria, documento que garantia a liberdade ao escravo. Tropeiros que abasteciam as regiões mineradoras também conseguiram enriquecer. Tome cuidado, porém, com uma coisa. A mobilidade social era pequena, não foi suficiente para desenvolver uma classe média.

Classe social pressupõe uma grande quantidade de pessoas, e o número daquelas que conseguiam ascender não era suficiente para isso. Só se pode falar em classe média no Brasil, a partir da industrialização.

Povoamento irregular

O povoamento determinado pela mineração do ouro é um povoamento muito irregular e mais instável; sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparece ouro, ali surge uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação definha e desaparece, isso porque o ouro encontrado em Goiás era o ouro de aluvião, em pequenas partículas, que ficavam depositadas no leito de rios e córregos ou no sopé das montanhas, geralmente. Sua extração era rápida e logo as jazidas se esgotavam forçando os mineiros a se mudarem em busca de novas áreas para mineração. A produção de ouro em Goiás foi maior que a de Mato Grosso, porém muito menor que em Minas Gerais. O declínio da produção foi rápido.

O pico de foi em 1753, mas 50 a nos depois a produção já era insignificante. Luís Palacín afirma que esses são os dados oficiais disponíveis, porém, o volume de ouro extraído deve ter sido muito maior. De acordo com esse historiador, a maior parte do ouro retirada era sonegada para fugir dos pesados impostos e, portanto, não sabemos ao certo quanto ouro foi retirado de fato das terras goianas.

Declínio da Mineração

A partir da segunda metade do século XVIII, Portugal começou a entrar em fase de decadência progressiva, que coincidiu com o decréscimo da produtividade e do volume médio da produção das minas do Brasil. Então desde 1778, a produção bruta das minas de Goiás começou a declinar progressivamente, em consequência da escassez dos metais das minas conhecidas, da ausência de novas descobertas e do decréscimo progressivo do rendimento por escravo. O último grande achado mineratório em Goiás deu-se na cidade de Anicuns, em 1809, no sul da capitania.

TEORIAS EDUCACIONAIS E TEORIAS PEDAGÓGICAS

As tendências pedagógicas brasileiras foram muito influenciadas pelo momento cultural e político da sociedade, pois foram levadas à luz graças aos movimentos sociais e filosóficos. Essas formaram a prática pedagógica do país.

Os professores Saviani (1997) e Libâneo (1990) propõem a reflexão sobre as tendências pedagógicas. Mostrando que as principais tendências pedagógicas usadas na educação brasileira se dividem em duas grandes linhas de pensamento pedagógico. Elas são: Tendências Liberais e Tendências Progressistas.

Os professores devem estudar e se apropriar dessas tendências, que servem de apoio para a sua prática pedagógica. Não se deve usar uma delas de forma isolada em toda a sua docência. Mas, deve-se procurar analisar cada uma e ver a que melhor convém ao seu desempenho acadêmico, com maior eficiência e qualidade de atuação. De acordo com cada nova situação que surge, usa-se a tendência mais adequada. E observa-se que hoje, na prática docente, há uma mistura dessas tendências.Deste modo, seguem as explicações das características de cada uma dessas formas de ensino. Porém, ao analisá-las, deve-se ter em mente que uma tendência não substitui totalmente a anterior, mas ambas conviveram e convivem com a prática escolar.

1. Tendências Liberais - Liberal não tem a ver com algo aberto ou democrático, mas com uma instigação da sociedade capitalista ou sociedade de classes, que sustenta a ideia de que o aluno deve ser preparado para papéis sociais de acordo com as suas aptidões, aprendendo a viver em harmonia com as normas desse tipo de sociedade, tendo uma cultura individual.

No ensino tradicional, o ensino é centralizado no professor e o alunos são receptores.

1.1 Tradicional - Foi a primeira a ser instituída no Brasil por motivos históricos. Nesta tendência o professor é a figura central e o aluno é um receptor passivo dos conhecimentos considerados como verdades absolutas. Há repetição de exercícios com exigência de memorização.

1.2 Renovadora Progressiva - Por razões de recomposição da hegemonia da burguesia, esta foi a próxima tendência a aparecer no cenário da educação brasileira. Caracteriza-se por centralizar no aluno, considerado como ser ativo e curioso. Dispõe da ideia que ele "só irá aprender fazendo", valorizam-se as tentativas experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social. Aprender se torna uma atividade de descoberta, é uma autoaprendizagem.O professor é um facilitador.

1.3 Renovadora não diretiva (Escola Nova) – Anísio Teixeira foi o grande pioneiro da Escola Nova no Brasil.É um método centrado no aluno. A escola tem o papel de formadora de atitudes, preocupando-se mais com a parte psicológica do que com a social ou pedagógica. E para aprender tem que estar significativamente ligado com suas percepções, modificando-as.

1.4 Tecnicista – Skinner foi o expoente principal dessa corrente psicológica, também conhecida como behaviorista. Neste método de ensino o aluno é visto como depositário passivo dos conhecimentos, que devem ser acumulados na mente através de associações. O professor é quem deposita os conhecimentos, pois ele é visto como um especialista na aplicação de manuais; sendo sua prática extremamente controlada. Articula-se diretamente com o sistema produtivo, com o objetivo de aperfeiçoar a ordem social vigente, que é o capitalismo, formando mão de obra especializada para o mercado de trabalho.

2. Tendências Progressistas - Partem de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação e é uma tendência que não condiz com as ideias implantadas pelo capitalismo. O desenvolvimento e popularização da análise marxista da sociedade possibilitou o desenvolvimento da tendência progressista, que se ramifica em três correntes:

2.1 Libertadora – Também conhecida como a pedagogia de Paulo Freire, essa tendência vincula a educação à luta e organização de classe do oprimido. Onde, para esse, o saber mais importante é a de que ele é oprimido, ou seja, ter uma consciência da realidade em que vive. Além da busca pela transformação social, a condição de se libertar através da elaboração da consciência crítica passo a passo com sua organização de classe. Centraliza-se na discussão de temas sociais e políticos; o professor coordena atividades e atua juntamente com os alunos.

2.2 Libertária – Procura a transformação da personalidade num sentido libertário e autogestionário. Parte do pressuposto de que somente o vivido pelo educando é incorporado e utilizado em situações novas, por isso o saber sistematizado só terá relevância se for possível seu uso prático. Enfoca a livre expressão, o contexto cultural, a educação estética. Os conteúdos, apesar de disponibilizados, não são exigidos pelos alunos e o professor é tido como um conselheiro à disposição do aluno.

2.3 "Crítico-social dos conteúdos" ou "Histórico-Crítica" **-** Tendência que apareceu no Brasil nos fins dos anos 70, acentua a prioridade de focar os conteúdos no seu confronto com as realidades sociais, é necessário enfatizar o conhecimento histórico. Prepara o aluno para o mundo adulto, com participação organizada e ativa na democratização da sociedade; por meio da aquisição de conteúdos e da socialização. É o mediador entre conteúdos e alunos. O ensino/aprendizagem tem como centro o aluno. Os conhecimentos são construídos pela experiência pessoal e subjetiva.

Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), ideias como de Piaget, Vygotsky e Wallon foram muito difundidas, tendo uma perspectiva sócio-histórica e são interacionistas, isto é, acreditam que o conhecimento se dá pela interação entre o sujeito e um objeto.[1]

Pensadores da educação: Piaget, Vygotsky, Gardner, Paulo Freire, Emília Ferreiro e Freud.

Piaget

Formado em Biologia, Piaget especializou-se nos estudos do conhecimento humano, concluindo que, assim como os organismos vivos podem adaptar-se geneticamente a um novo meio, existe também uma relação evolutiva entre o sujeito e o seu meio, ou seja, a criança reconstrói suas ações e idéias quando se relaciona com novas experiências ambientais. Para ele, a criança constrói sua realidade como um ser humano singular, situação em que o cognitivo está em supremacia em relação ao social e o afetivo.

Na perspectiva construtivista de Piaget, o começo do conhecimento é a ação do sujeito sobre o objeto, ou seja, o conhecimento humano se constrói na interação homem-meio, sujeito-objeto. Conhecer consiste em operar sobre o real e transformá-lo a fim de compreendê-lo, é algo que se dá a partir da ação do sujeito sobre o objeto de conhecimento. As formas de conhecer são construídas nas trocas com os objetos, tendo uma melhor organização em momentos sucessivos de adaptação ao objeto. A adaptação ocorre através da organização, sendo que o organismo discrimina entre estímulos e sensações, selecionando aqueles que irá organizar em alguma forma de estrutura. A adaptação possui dois mecanismos opostos, mas complementares, que garantem o processo de desenvolvimento: a assimilação e a acomodação. Segundo Piaget, o conhecimento é a equilibração/reequilibração entre assimilação e acomodação, ou seja, entre os indivíduos e os objetos do mundo.

A assimilação é a incorporação dos dados da realidade nos esquemas disponíveis no sujeito, é o processo pelo qual as idéias, pessoas, costumes são incorporadas à atividade do sujeito. A criança aprende a língua e assimila tudo o que ouve, transformando isso em conhecimento seu. A acomodação é a modificação dos esquemas para assimilar os elementos novos, ou seja, a criança que ouve e começa a balbuciar em resposta à conversa ao seu redor gradualmente acomoda os sons que emite àqueles que ouve, passando a falar de forma compreensível.

Segundo FARIA (1998), os esquemas são uma necessidade interna do indivíduo. Os esquemas afetivos levam à construção do caráter, são modos de sentir que se adquire juntamente às ações exercidas pelo sujeito sobre pessoas ou objetos. Os esquemas cognitivos conduzem à formação da inteligência, tendo a necessidade de serem repetidos (a criança pega várias vezes o mesmo objeto). Outra propriedade do esquema é a ampliação do campo de aplicação, também chamada de assimilação generalizadora (a criança não pega apenas um objeto, pega outros que estão por perto). Através da discriminação progressiva dos objetos, da capacidade chamada de assimilação recognitiva ou reconhecedora, a criança identifica os objetos que pode ou não pegar, que podem ou não dar algum prazer à ela.

FARIA (op.cit.) salienta que os fatores responsáveis pelo desenvolvimento, segundo Piaget, são: maturação; experiência física e lógico-matemática; transmissão ou experiência social; equilibração; motivação; interesses e valores; valores e sentimentos. A aprendizagem é sempre provocada por situações externas ao sujeito, supondo a atuação do sujeito sobre o meio, mediante experiências. A aprendizagem será a aquisição que ocorre em função da experiência e que terá caráter imediato. Ela poderá ser: experiência física - comporta ações diferentes em função dos objetos e consiste no desenvolvimento de ações sobre esses objetos para descobrir as propriedades que são abstraídas deles próprios, é o produto das ações do sujeito sobre o objeto; e experiência lógico-matemática – o sujeito age sobre os objetos de modo a descobrir propriedades e relações que são abstraídas de suas próprias ações, ou seja, resulta da coordenação das ações que o sujeito exerce sobre os objetos e da tomada de consciência dessa coordenação. Essas duas experiências estão inter-relacionadas, uma é condição para o surgimento da outra.

Para que ocorra uma adaptação ao seu ambiente, o indivíduo deverá equilibrar uma descoberta, uma ação com outras ações. A base do processo de equilibração está na assimilação e na acomodação, isto é, promove a reversibilidade do pensamento, é um processo ativo de auto-regulação. Piaget afirma que, para a criança adquirir pensamento e linguagem, deve passar por várias fases de desenvolvimento psicológico, partindo do individual para o social. Segundo ele, o falante passa por pensamento autístico, fala egocêntrica para atingir o pensamento lógico, sendo o egocentrismo o elo de ligação das operações lógicas da criança. No processo de egocentrismo, a criança vê o mundo a partir da perspectiva pessoal, assimilando tudo para si e ao seu próprio ponto de vista, estando o pensamento e a linguagem centrados na criança.

Para Piaget, o desenvolvimento mental dá-se espontaneamente a partir de suas potencialidades e da sua interação com o meio. O processo de desenvolvimento mental é lento, ocorrendo por meio de graduações sucessivas através de estágios: período da inteligência sensório-motora; período da inteligência pré-operatória; período da inteligência operatória-concreta; e período da inteligência operatório-formal.

Lev S. Vygotsky

Para Vygotsky, a criança nasce inserida num meio social, que é a família, e é nela que estabelece as primeiras relações com a linguagem na interação com os outros. Nas interações cotidianas, a mediação (necessária intervenção de outro entre duas

1 *Fonte: www.educador.brasilescola.uol.com.br*

SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO

Cultura é um termo complexo e de grande importância para as ciências humanas em geral. Sua etimologia vem do latim *culturae*, que significa *"ato de plantar e cultivar"*. Aos poucos, acabou adquirindo também o sentido de cultivo de conhecimentos. A noção moderna de cultura foi sintetizada pela primeira vez pelo inglês Edward Tylor, conceituando-a como um complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos por uma pessoa como membro de uma sociedade.

Nesse sentido, podemos dizer que a cultura engloba os modos comuns e aprendidos de viver, transmitidos pelos indivíduos e grupos em sociedade. Para além de um conjunto de práticas artísticas, tradições ou crenças religiosas, devemos compreender a cultura como uma dimensão da vida cotidiana de determinada sociedade.

Uma característica da cultura é que ela é indissociável da realidade social. A cultura está presente sempre que os seres humanos se organizam em sociedade. A cultura é uma construção histórica e produto coletivo da vida humana. Isso quer dizer que falar em cultura implica necessariamente se referir a um processo social concreto. Costumes, tradições, manifestações culturais e folclóricas como festas, danças, cantigas, lendas, etc. só fazem sentido enquanto parte de uma cultura específica; ou seja, as manifestações culturais não podem ser compreendidas fora da realidade e história da sociedade a qual pertencem.

Outra característica da cultura é o seu aspecto dinâmico. Por isso é mais pertinente pensá-la como um processo e não como algo estagnado no tempo. Isso fica claro no mundo globalizado, marcado por rápidas transformações tecnológicas, pelo constante contato entre as culturas e disseminação de padrões culturais pelos meios de comunicação de massa. Porém, mesmo quando se fala de sociedades tradicionais, não quer dizer que elas não se modifiquem. Todo aspecto de determinada cultura tem a sua própria dinâmica, pois não existe nenhuma sociedade humana que esteja isenta de transformações com o tempo e contato com outras culturas.

A cultura de determinada sociedade é passada de uma geração a outra através da educação, manifestações artísticas e outras formas de transmissão de conhecimento. O comportamento dos indivíduos vai depender desse aprendizado cultural. Portanto, um menino e uma menina agem diferentemente não por causa de seus hormônios, mas devido à educação diferenciada que recebem. É por isso também que maneiras de falar, se vestir, se alimentar, se comportar, etc. de um povo específico pode ser tão estranho aos olhos de outros povos. O que é repugnante para indivíduos de uma sociedade, pode ser desejável em outra. Mais ainda: em uma mesma sociedade, o que era impensável no século passado pode se tornar comum hoje em dia e vice-versa.

As sociedades humanas historicamente desenvolveram formas diferentes de se organizar, de relacionar internamente, com outros grupos sociais e com o meio ambiente. Sociedades distintas vão necessariamente originar culturas diferentes, ou seja, diferentes formas de ver o mundo e orientar a atividade social.

É por isso que existem tantas diferenças culturais, mesmo sendo todos pertencentes à mesma espécie humana. As diferenças culturais não podem ser explicadas em termos de diferenças geográficas ou biológicas. No passado, explicações baseadas no determinismo geográfico ou genético contribuíram para reforçar o racismo e preconceitos, além de terem servido como justificativa para a dominação de uns povos sobre outros.

No século XIX, alguns autores estabeleciam hierarquias entre todas as culturas humanas, defendendo uma escala evolutiva de linha única entre elas. Nessa concepção, todas as culturas teriam que passar pelas mesmas etapas, desde um estágio primitivo até as civilizações mais evoluídas que seriam as nações da Europa ocidental. Essa visão etnocêntrica servia aos interesses dos países europeus em legitimar seu expansionismo e colonização a partir de uma suposta superioridade cultural.

Tais concepções evolucionistas foram atacadas com o argumento de que a classificação das sociedades em escalas hierarquizadas era impossível, já que cada cultura tem a sua própria verdade. Concluiu-se então que não existe relação necessária entre características físicas de grupos humanos e suas formas culturais. A diversidade das culturas existentes corresponde à variedade da história humana. Cada realidade cultural tem sua lógica interna, que faz sentido para os indivíduos que nela vivem, pois é resultado de sua história e se relaciona com as condições materiais de sua existência. A partir da compreensão da variedade de procedimentos culturais dentro dos contextos em que são produzidos, o estudo das culturas contribui para erradicar preconceitos e fomentar o respeito à diversidade cultural.

Vale ressaltar também, que as diferenças culturais não existem apenas entre as sociedades, mas também dentro de uma mesma sociedade. Basta pensarmos na sociedade brasileira, nos diferentes sotaques, classes sociais, etnias, gênero, religiões, gerações, escolarização, origens, etc. É importante levar em conta a diversidade cultural interna à nossa própria sociedade, para compreendermos melhor o país em que vivemos.

Sugestão de Leitura

A iniciativa da Editora Expressão Popular de publicar uma edição revista e ampliada de *Cultura e sociedade no Brasil* preenche uma significativa lacuna no estudo sobre o pensamento social brasileiro e representa, sem dúvida, a oportunidade de termos acesso a significativos ensaios de Carlos Nelson Coutinho acerca do Brasil e dos dilemas da atualidade em nossa realidade.

O livro reúne ensaios que, elaborados ao longo de mais de trinta anos, mantêm-se inquestionavelmente atuais e essenciais para a compreensão das intrínsecas relações entre a cultura e a sociedade brasileiras. Desde o mais antigo (*Graciliano Ramos*, 1966) até o mais recente (*O legado de Octavio Ianni*, 2006), Carlos Nelson Coutinho conserva uma mesma preocupação: demonstrar como a produção artística e intelectual brasileira, apesar de uma hegemonia marcadamente elitista, reservou importantes momentos de resistência onde, sem dúvida, foi possível construir experiências de uma alternativa verdadeiramente nacional e popular que, embora episódicas, permitiram significativos avanços na análise e no enfrentamento dos problemas brasileiros.

Valendo-se principalmente das contribuições categoriais de Georg Lukács e de Antonio Gramsci, mas dialogando com grandes nomes do pensamento social, o autor afirma e reafirma, enfim, como a cultura cumpre, também no Brasil, com seu papel de revelar a constituição efetiva de uma dada realidade social, demonstrando-se como um momento privilegiado para o homem expressar sua compreensão das relações sociais e para construir propostas de intervenção da realidade.

Nos dois primeiros ensaios, *Os intelectuais e a organização da cultura* e *Cultura e sociedade no Brasil*, o autor sistematiza suas principais formulações sobre o processo de formação de nossa intelectualidade e sobre a produção cultural brasileira de uma forma geral, discutindo seus principais problemas, com destaque para o evidente distanciamento entre os intelectuais brasileiros e seus projetos e os setores populares. É interessante observarmos como Coutinho relaciona o desenvolvimento de nossa intelectualidade e de nossa organização da cultura, no sentido gramsciano, com o processo de surgimento e de fortalecimento da esfera da sociedade civil em nossa formação social, demonstrando claramente a inserção da frente cultural nas lutas pela hegemonia construídas no Brasil.

A partir destas formulações mais gerais, Carlos Nelson Coutinho se dispõe a analisar a produção de alguns nomes específicos de nossa cultura, sobretudo nas esferas da literatura e do pensamento social. Valendo-se, com extrema responsabilidade, da liberdade de expressão e de crítica que ele mesmo anuncia, o autor identifica, nestas produções, significativos momentos de construção de uma "imagem alternativa de Brasil", a qual, vinculada a uma perspectiva nacional-popular, apresenta outras possibilidades de pensar nossa realidade social e de intervir em seu desenvolvimento a partir do compromisso com projetos contra-hegemônicos.

Em *Dois momentos brasileiros da Escola de Frankfurt*, enfatiza-se a recepção, por diferentes autores no Brasil, das idéias e propostas desta importante vertente marxista, bem como de suas contradições e diversidades. Os dois momentos referem-se, primeiramente, ao final dos anos 1960, quando esta aproximação ocorreu através das obras de Marcuse e de uma comprometedora assimilação de suas idéias com um irracionalismo "contracultural" e, em segundo lugar, ao início dos anos de 1980, quando, nas obras de Sérgio Paulo Rouanet, Coutinho reconhece o compromisso com uma defesa da razão contra o irracionalismo pós-moderno. Em ambas as abordagens, o que aprendemos com o autor é que a cultura brasileira, assim como em outros momentos de nossa história, não se furtou de dialogar com importantes movimentos da cultura universal, utilizando-se de suas formulações para pensar nossas especificidades, mas também contribuindo para o enriquecimento destes movimentos de uma forma geral.

Seguem-se três ensaios voltados, especificamente, para brilhantes momentos de crítica literária. *O significado de Lima Barreto em nossa literatura, Graciliano Ramos* e *O povo na literatura de Jorge Amado* comportam uma importante contribuição de Coutinho para pensarmos os caminhos pelos quais nossas manifestações artísticas (no caso, literárias) não só são influenciadas pela conjuntura histórica específica, mas também influenciam seu desenvolvimento mais amplo. O autor destaca, na produção destes três escritores, o compromisso com um realismo engajado, que, articulado com os grandes problemas nacionais, faz frente ao "intimismo à sombra do poder" e busca caminhos diferenciados aos do romantismo e do naturalismo, onde as questões decisivas da vida social não são problematizadas. Assim, Lima Barreto, Graciliano Ramos e Jorge Amado seriam exemplos de nomes que, em nossa literatura, inovaram tanto no âmbito das idéias quanto das formas e, seja realizando uma crítica social rica e fecunda de nossa sociedade, seja criando tipos humanos de extrema significação para nossa história, contribuíram com seus romances para a cultura universal. Recorrendo às preciosas formulações de Lukács e de Gramsci sobre a literatura, de uma forma geral, e o romance, em particular, o autor nos convida ao exercício de reconhecer o que significa concretamente uma perspectiva cultural baseada em uma nova noção de nacional e em uma nova relação com o popular.

A última parte do livro é composta pelos ensaios *A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior, Marxismo e "imagem do Brasil" em Florestan Fernandes* e *O legado de Octavio Ianni,* onde temos acesso a uma abordagem crítica da obra destes três autores e de suas contribuições para a reflexão sobre a realidade brasileira. Segundo Carlos Nelson Coutinho, encontramos em Caio Prado Júnior e em Florestan Fernandes imprescindíveis formulações para pensar o Brasil, sobretudo em três direções: 1) os processos que nos conduziram à modernização capitalista; 2) as particularidades, em função desta nossa "revolução burguesa", de nosso desenvolvimento capitalista e 3) os caminhos também particulares que devemos buscar, no Brasil, para a superação desta formação econômico-social. Em suma, o que encontramos nestes pensadores é uma riquíssima e atualíssima "imagem alternativa de Brasil", onde o que se destaca é nossa via "não-clássica" de ingresso no mundo capitalista, a qual deixa reflexos ao longo de toda a nossa história.

Como o próprio autor coloca, é interessante observarmos como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes constroem suas formulações sobre esta "via não-clássica" de transição para o capitalismo no Brasil e chegam a conclusões bastante próximas de Lênin, ao formular sua abordagem sobre "via prussiana" e de Gramsci, ao discutir os caminhos da "revolução passiva". Esta proximidade revela, portanto, a riqueza da obra destes autores no interior da produção marxista nacional e internacional, e, principalmente, sua competência em fazer frente à visão então hegemônica do PCB sobre o Brasil. Sem dúvida, os ensaios nos conduzem a compartilhar com Carlos Nelson Coutinho a idéia de que, sem Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, a perspectiva marxista de análise da realidade brasileira estaria nuclearmente empobrecida.

Em *Octávio Ianni*, Coutinho destaca a riqueza de sua apropriação explícita do método histórico-dialético na abordagem sobre a realidade brasileira e sua dedicação a inúmeros campos do saber, os quais, analisados numa perspectiva de totalidade, também constroem uma imagem marxista do Brasil. Coutinho destaca, especificamente, como Ianni consegue analisar as particularidades do Estado brasileiro, sobretudo a partir de 1964, reconhecendo-o como uma estrutura que comporta o movimento contraditório das classes sociais no Brasil.

Como podemos perceber, a diversidade e a riqueza dos temas abordados fazem de *Cultura e sociedade no Brasil* uma obra indispensável para aqueles que buscam, no interior das discussões da esfera cultural, espaços e interpretações originais acerca da totalidade social da realidade brasileira. Carlos Nelson Coutinho nos convida a "pensar o Brasil", não apenas para compreendê-lo, mas, principalmente, para transformá-lo. E, em tempos tão nebulosos como estes em que vivemos, este é um convite que não podemos recusar.[1]

Relação educação escola e sociedade

Sendo a escola uma instituição organizada e integrada na comunidade, ela deve desempenhar uma função pró-ativa de súbita importância na formação, transformação e desenvolvimento do capital social.

Pensar a escola de hoje é refletir a sociedade nas vertentes social, económico e pessoal.

A relação escola, família e comunidade carece de melhoria, pois constata-se quase que um divórcio entre elas. As escolas, muitas vezes, não fomentam nem facilitam o intercâmbio de experiências com outras escolas e com o meio em que estão inseridas, não promovem a procura de soluções inovadoras, nem proporcionam uma participação efetiva dos pais e encarregados de educação na gestão escolar.

Escola é a principal instituição para a transmissão e aquisição de conhecimentos, valores e habilidades, por isso deve ser tida como o bem mais importante de qualquer sociedade.

Escola – instituição social que tem o encargo de educar, segundo planos sistemáticos, os indivíduos nas diferentes idades da sua formação, casa ou estabelecimento onde se ministra o ensino.

Escola é uma instituição educativa fundamental onde são organizadas, sistematicamente, atividades práticas de carácter pedagógico.

Para Gary Marx, (in Azevedo, 1994,p.147) a escola é verdadeiramente uma instituição de último recurso, após a família, comunidade e a igreja terem fracassado.

Comunidade é um conjunto de pessoas que vive num determinado lugar e ligado por um ideal e objetivos comuns.

1 *Fonte: www.brasildefato.com.br – Por Cristina Simões Bezerra/www.infoescola.com*